



## Políticas Públicas e Desenvolvimento Local em Comunidades Quilombolas<sup>1</sup>

Alfredo Sotero Alves RODRIGUES<sup>2</sup>

Maria Salett TAUK SANTOS<sup>3</sup>

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, PE

### Resumo

Algumas políticas públicas governamentais no Brasil são estratégias para o desenvolvimento local das comunidades de contextos populares rurais quilombolas. Este texto tem como objetivo evidenciar algumas ações de desenvolvimento local, na perspectiva das novas ruralidades, a partir dos princípios e diretrizes das políticas públicas as comunidades rurais afro-descendentes. Buscamos, especificamente, refletir acerca das atividades não agrícolas investidas e desenvolvidas na e pela Comunidade Negra Rural Quilombola (CNRQ) de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, no alto Sertão de Pernambuco.

**Palavras-chave:** políticas públicas; desenvolvimento local; novas ruralidades; quilombolas; Sertão de Pernambuco.

### Introdução

O objetivo deste texto é analisar as políticas públicas de desenvolvimento local voltadas às novas ruralidades em comunidades afro-descendentes. Buscamos, especificamente, refletir acerca das atividades não agrícolas investidas e desenvolvidas na e pela Comunidade Negra Rural Quilombola de Leitão/Umbuzeiro, Afogados da Ingazeira, no alto Sertão de Pernambuco.

O entendimento, na contemporaneidade, de *novos* quilombos ou quilombolas, não é o definido como refúgio de negros escravos fugitivos a partir da concepção estereotipada de Zumbi dos Palmares, no século XVI (RATTS, 2001), mas que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Desenvolvimento Regional e Local do X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação. Evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Professor da Universidade Católica de Pernambuco, e-mail: alfredosotero1@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Professora associada II e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e-mail: mstauk@terra.com.br.

“integram, hoje, o vasto contexto agrário brasileiro e se autodefinem a partir das suas relações com a terra, o território, o parentesco, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais”. (QUILOMBOS HOJE, 2008).

As políticas públicas, do atual governo, destinadas aos remanescentes de quilombos acontecem a partir de 2003, com a reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural, a nova Ater, que passa a ser subordinada à Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir de então, são realizadas várias ações participativas específicas aos afro-descendentes, seja nas esferas governamentais ou não governamentais.

Sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) é criado, em 2004, pelo Governo federal, por meio de um consórcio articulado entre vários organismos federais, o Programa Brasil Quilombola. Essa ação governamental é consequência do Decreto n 4.887, e caracteriza-se por garantir os direitos já conquistados e buscar meios para melhorar a qualidade de vida das comunidades quilombolas (BRASIL, 2004).

As ações da Extensão Rural pública como estratégias de desenvolvimento local são realizadas na atualidade, a partir da perspectiva em “que a nova extensão rural exige um ‘novo profissionalismo’, que se caracterize, em primeiro lugar, pela capacidade de colocar e ver as pessoas antes das coisas, com especial atenção, aos grupos menos favorecidos” (CAPORAL, 2006, grifo do autor), seja com apoio às atividades agrícolas ou com incentivo e capacitação às produções não agrícolas – as novas ruralidades. Além das políticas afirmativas, devem ser parceiras, neste processo, as organizações não governamentais, as empresarias e supranacionais.

Essa percepção se dá como avalizadoras às políticas públicas para os contextos populares tradicionais, notoriamente pelas propostas e compromissos da Extensão Rural da nova Ater, elegendo as comunidades quilombolas como referência de populações dotadas de elementos embaixadores de potencialidades endógenas, aos desafios e à prática do desenvolvimento local.

A importância do estudo está em compreender a cultura quilombola a partir do momento em que a Extensão Rural e outras políticas afirmativas públicas incorporaram essa população como uma das prioridades à construção do desenvolvimento local, onde, deve-se “assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares [...], quilombolas [...] e outros públicos definidos [...]), o acesso a serviços de assistência técnica e extensão rural pública”. (BRASIL, 2008).

O estudo foi realizado utilizando técnicas combinadas de coleta de dados, pesquisa bibliográfica e a análise documental de instrumentos de organizações governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, relacionados, notoriamente, aos contextos populares dos remanescentes de quilombos. A população pesquisada foi composta de 11 pessoas, de um universo de 120 pessoas. Os critérios para a seleção da amostra foram intencionais: ser quilombola, homens e mulheres, adultos e jovens, terem nascidos ou morar na Comunidade.

### **Ações afirmativas e políticas públicas as comunidades quilombolas**

Além do direito adquirido de acordo com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição de 1988, políticas públicas contemporâneas buscam reparar a invisibilidade, a perseguição, ou seja, a exclusão social histórica sofrida pelas populações de contextos populares tradicionais. As ações são realizadas, notoriamente, pelos princípios e diretrizes das assertivas da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, atributos da Política Nacional da nova Ater e do Programa Brasil Quilombola.

Essas assertivas são dinamizadas, especialmente, de acordo com as diretrizes do atual governo para as populações de contextos populares, criando condições aos desnivelamentos existentes no Brasil, inclusive e ou principalmente à noção equivocada de um país democraticamente racial.

De acordo com informações do Relatório de Gestão 2003-2004 da Seppir, as ações desenvolvidas nesse período, seja pela Secretaria, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e seu subsidiário, o Incra; da Saúde, da Educação, “o PBQ foi incorporado ao Plano Plurianual 2004-2007, com priorização de ações, destinação de recurso e metas” sendo o

fomento ao desenvolvimento local; capacitação de agentes representativos; apoio ao desenvolvimento sustentável; pagamento das indenizações aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas; reconhecimento, demarcação e titulação de terras; atenção à saúde das populações e saneamento básico; apoio à distribuição de material didático e paradidático para o ensino fundamental em escolas situadas nos quilombos; apoio à capacitação de professores do ensino fundamental e apoio à ampliação e melhoria da rede física escolar (BRASIL, 2007).

Após décadas de políticas públicas agrárias que não favoreceram os contextos populares do campo, a partir de 2003, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), imbuída em vários aspectos sistematizados à acessibilidade, à fruição das terras aos sujeitos que nelas trabalham e residem, passa a ser tutelada pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de acordo com o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003.

Os direitos conquistados pelos afro-descendentes em 1988 são ratificados 15 anos depois pelo Decreto n 4.887, de 20 de novembro de 2003, tendo como premissas fundamentais a titulação das terras por eles ocupadas e o entendimento do que seja descendentes dos quilombos

A identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos [...].

Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida.

A política nacional da nova Ater pública foi estabelecida, de forma participativa, através de embates realizados não apenas pelos domínios das esferas públicas, mas pela sociedade civil, incluindo representações de várias instituições sociais, além dos atores endógenos, ou seja, as populações rurais e fundiárias partem no sentido da busca do desenvolvimento rural sustentável, além da melhoria de qualidade vida desses populações.

Além da proposta de fomentar o desenvolvimento rural sustentável às atividades agrícolas e não agrícolas e todas as outras relacionadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, destacamos alguns norteadores à política de Ater. Assim, em suas diretrizes, uns dos pilares visam:

Garantir que os planos e programas de Ater, adaptados aos diferentes territórios e realidades regionais, sejam constituídos a partir do reconhecimento das diversidades e especificidades étnicas, de raça, de gênero, de geração e das condições socioeconômicas, culturais e ambientais presentes nos agroecossistemas” e

Apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres

trabalhadoras rurais, os quilombos e os indígenas”. (BRASIL, 2004, p. 8).

Dentre os seis objetivos específicos da política de Ater, destacamos, especialmente, a necessidade de “potencializar processos de inclusão social e de fortalecimento da cidadania, por meio de ações integradas, que tenham em conta as dimensões: ética, social, política, cultural, econômica e ambiental da sustentabilidade”. (BRASIL, 2004, p. 9).

No Programa Brasil Quilombola, a especificidade como o direito a terra, por extensão a territorialidade dos remanescentes de quilombos, assim como as várias ações contidas no Programa são voltadas ao desenvolvimento regional, além da identificação e determinação dos afro-descendentes em preservarem sua “base identitária”, levando a serem desenvolvidos quatro eixos nas comunidades quilombolas: a regularização fundiária, infra-estrutura e serviços, controle e participação social e o desenvolvimento econômico e social com implicação “na consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado nas características territoriais e na identidade coletiva, visando a sustentabilidade ambiental, social cultural, econômica e política das comunidades remanescentes de quilombos”. (BRASIL, 2004, p.16).

### **Desenvolvimento local e novas ruralidades**

Com o impacto da globalização da economia e da mundialização da cultura, foram determinantes novos aportes equitativos, sejam reparadores ao processo histórico desigual, sejam adequados à contemporaneidade concernente aos sujeitos de contextos populares. Assim, foi engendrada a concepção de desenvolvimento sustentável local.

Essas potencialidades sugerem o que se denomina de desenvolvimento sustentável (DS). O aporte universal explicita que o DS deve ser mais equitativo em concernência da qualidade às necessidades básicas humanas sendo “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades”. (COMISSÃO MUNDIAL..., 1988, p. 46), de modo a interagir com as aspirações, realizações, continuidades de suas ações socioculturais.

Nessa perspectiva de resguardar e buscar possibilidades em gerar recursos e, ao mesmo tempo, preservar os ambientes em que vivem os sujeitos de contextos populares,

o “DS significa uma nova forma de ver o desenvolvimento da sociedade, ciente dos prejuízos causados ao meio ambiente pelo desenvolvimento econômico de nossa sociedade com a manutenção do equilíbrio ambiental planetário”. (MILANEZ, 2003, p. 76).

Uma das temáticas em pauta foi e continua a ser debatida: a urgente perspectiva do DS, especialmente o do local, a partir dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no sentido que as populações de contextos populares saiam da invisibilidade, desenvolvam viabilidades e oportunidades de geração de empregos e tenham melhor qualidade de vida para que exista uma “sociedade sustentável”. (CAPRA apud MILANEZ, 2003, p. 77). Essa necessidade é fundamental, pois “a construção de sociedades sustentáveis e do desenvolvimento local depende de sólido empreendimento em capital humano e capital social, tendo em vista a estruturação de ambientes territoriais inovadores, criativos, democráticos e socialmente articulados”. (JARA, 2001, p. 100).

Assim, o desenvolvimento sustentável é o condutor do desenvolvimento local realizado com recursos, sejam materiais ou imateriais, localizados nas comunidades, ou seja, a estratégia desenvolvida com base nos recursos e competências endógenos locais. Com isso concordamos que o desenvolvimento local deve ser

Um processo de criação, de valorização e de retenção das riquezas de um território, progressivamente controlado pelo conjunto dos habitantes. É o resultado da ação articulada do conjunto de diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos ou privados, existentes no município e na região, para a construção de um projeto estratégico que oriente suas ações de longo prazo. (BIANCHINI, 2001 apud BRASIL, 2008, p. 23).

Dos recursos endógenos como elementos fundamentais para o desenvolvimento local, são percebidas “velhas” composições realizadas na denominada “novas ruralidades” por meio do aproveitamento, do melhoramento e do beneficiamento de produtos ou sua transformação. Dessa forma, os recursos proporcionados pela extensão rural em face do desenvolvimento local percebidos nos processos do “novo rural”,

significa uma ação que vai além das atividades agropecuárias e pesqueiras, pois as formas associativas e cooperadas de produção se diversificam no meio rural; que enxerga o campo como território das culturas populares híbridas, abandonando, por conseguinte, a visão romântica das populações rurais imunes à cultura de massa; e que

atua num cenário de embate das lutas populares na perspectiva da “concertação” e do desenvolvimento com sustentabilidade. (CALLOU, 2006, p. 107).

Essa produção diversificada no meio rural perpassa, também, as dificuldades econômicas enfrentadas tanto nas esferas urbanas, como nas comunidades rurais. Esses entraves ocorreram no final dos anos de 1960, levando ao declínio do capitalismo fordista.

Fundamental foi a desindustrialização, isto é, a descentralização da produção, especialmente pela qualificação artesanal – cada vez mais valorizado. Essa horizontalização se dá, também, na qualidade de vida, seja com preocupações ambientais, seja através de dietas alimentares saudáveis, além da *descoberta* dos alimentos beneficiados.

Dentre esses produtos beneficiados, encontra-se a castanha de caju. A castanha além de várias propriedades, é fonte de outros subprodutos de energias “limpas”. Sua amêndoa é apreciada em petiscos, farinha ou granulada, utilizada em sorvetes, recheio e cobertura de bolos e tortas, e para peculiarizar cardápios das cozinhas regional, nacional e internacional. Sua casca, além da produção de óleo utilizado como combustível, de plásticos, vernizes, isolantes ou utilizada como combustão em fornos, tem merecido destaque em pesquisa contra o câncer de boca e de mama, do professor Wellington Gonzaga da Universidade de Brasília (UNB) acerca do óleo existente no interior da casca da castanha, pois, “substâncias extraídas do óleo e processadas em laboratório têm o poder de destruir até 70% das células cancerígenas de mama e até 80% das células que provocam o câncer de boca”. (DIARIO DE PERNAMBUCO, 2008).

O rural, além de espaço bilateral à produção econômica das comunidades agrícolas e urbanas, é território emblemático ao cotidiano das populações de contextos populares rurais. A construção do desenvolvimento local foi a via escolhida pela Extensão Rural a partir do final dos anos de 1980. Nessa perspectiva, a Extensão incorporou às novas ruralidades, as atividades econômicas não agrícolas.

Para a socióloga Maria Luiza Lins, esse “local traz sempre associado uma idéia de proximidade, vizinhança, identidade, raízes comuns, expressando, de um modo geral, laços mais fortes entre as pessoas. [É] uma idéia de similaridade entre os seres no viver junto, na igualdade, na idéia, portanto, de comunidade” (PIRES, 2005, p. 60). Essa categorização é denominada de pluriatividade, ou seja, atividades artesanais desenvolvidas, preliminar ou anteriormente, à atividade principal. Não é um simples

retorno ao passado (à sobrevivência), mas às exigências de nichos de mercados, regionais, nacionais, planetários.

A agricultura associada à outra(s) atividade(s) no meio rural, possibilita uma melhora na renda familiar dos camponeses, realidade empírica de alguns quilombolas do Leitão/Umbuzeiro. Assim, “uma agricultura articulada a outras atividades que lhes possibilitem uma renda superior à renda agrícola [...] é muito mais uma visão empreendedora voltada para a exploração dos recursos e das novas oportunidades locais”. (CARNEIRO, 1998, p. 70). Ou, de forma relativamente pontual, tendo em vista o vínculo dos agricultores com a terra, ou seja, de trabalharem “com a enxada”,

O recurso à atividade não-agrícola pode resultar de uma situação de equilíbrio do agricultor e, nesse caso, reforçaria um projeto de permanência na atividade agrícola e no campo. Em outros contextos, pode expressar uma fase de transição, que culminaria com o abandono da atividade agrícola. (CARNEIRO; TEIXEIRA, 2004).

Nessas perspectivas, o rural é multifuncional, seja nas esferas econômica ou sociocultural, ou seja, “o leque de possibilidades é grande e varia desde a possibilidade de diversificação da produção e da agregação de valor aos produtos agrícolas até a formação de uma identidade territorial”. (PIRES, 2005, p. 51). De acordo com a reflexão de Calos Jara, o território rural e tudo que o compõe é dinamicamente diversificado, pois

há uma ruralidade que é predominantemente agrícola e outra que é residência de produtores multiativos, articulados integralmente às cidades. E existem os territórios rurais onde os produtores e comunidades se agrupam de forma criativa, eles diversificam sua produção, se associam e ganham escala bem como, defendem seus projetos locais da vida. Sua sobrevivência depende não somente da mudança tecnológica e da aprendizagem, mas de maneira como essa mudança é trabalhada, partindo dos próprios campos culturais. (JARA, 2000, p 8).

Então, são abertos espaços com empates e reflexões para o surgimento de uma nova dimensão: o “novo rural” ou “novas ruralidades”. Nesse sentido, “O leque de possibilidades é grande e varia desde a possibilidade de diversificação da produção e de agregação de valor aos produtos agrícolas até a formação de uma identidade territorial”. (PIRES, 2005, p. 51). Todas as ações, produtos ou serviços desenvolvidos em zonas rurais que não sejam essencialmente agrícolas ou atividades não agrícolas são

caracterizados como novas ruralidades. A esse respeito, Maria José Carneiro argumenta que

é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes ao campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimentos (através) de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados. (CARNEIRO, 1998, p. 56).

As atividades não agrícolas são uma realidade. Dessa assertiva, procuramos relacionar, a partir das nossas observações empíricas, as novas ruralidades em três categorias, algumas revitalizadas, outras produzidas aos nichos de mercados:

a - alimentos: criação de peixes, camarão; animais e aves exóticas (avestruz, codorna, coelho); frutas *in natura* ou beneficiadas (manga, uva; castanha de caju); rapadura, mel (de cana-de-açúcar); apicultura; produção de queiro de manteiga, coalho; doces, compotas, geleias, licores etc.

b - manufaturados: artesanato em geral, sabonetes, xampus, plantas ornamentais etc.

c – serviços: pedreiros e similares, caseiros, motoristas, domésticas; turismo rural, ecológico; hotéis e pousadas rurais; pesque-pague; eventos culturais, de negócios, religiosos (de rodeio, expoagros, vaquejadas, Missa do Vaqueiro) etc.

O composto dos conteúdos inerentes ao espaço rural está relacionado com o processo da globalização. Então,

As mudanças acontecidas no entorno dos territórios rurais modificaram e modificam constantemente suas formas originais. Os territórios rurais são essencialmente configurações dinâmicas que fluem constantemente dentro de contextos também rapidamente mutantes. Os contextos “ocupam” de maneira variada o próprio território, condicionando suas mutantes dinâmicas. Todas as ruralidades são mexidas pelo processo da globalização”. (JARA, 2000, p. 38).

O autor ainda argumenta que esse território é um sistema aberto, ou seja, adaptável às mudanças contemporâneas “mais ou menos resilientes”. Então, para que exista a

interconexão bilateral, de qualquer uma das perspectivas entre o local e o global, “para facilitar as transformações desejadas pelas comunidades rurais territorializadas (é necessário) multiplicar a qualidade dos contatos com os outros, construindo vínculos de cooperação que partem das informações criadas pelas próprias interações”. (JARA, 2000).

### **Atividades Não Agrícolas em Leitão/Umbuzeiro**

A atividade agrícola no Sertão é penosa. Oficial e midiaticamente, possui climas secos (com variantes de árido, semi-árido, seco e subseco), terra pedregosa e a maioria da sua vegetação (pelo menos aquela que sobrevive à falta d'água e ao escaldante sol) não tem folhas e sim espinhos, adaptação sofrida para sobreviver numa das regiões mais quentes do planeta. No Sertão e, principalmente, na caatinga, quando não chove ou nos períodos de grandes estiagens, uns padecem, a maioria resiste de uma penação danada. A terra é castigada pelo sol escaldante, pelas pedras na terra avermelhada, pelos espinhos das plantas, pela água salobra. (RODRIGUES, 2002).

No trajeto para Leitão/Umbuzeiro, a superfície da estrada é alternada com solos de barro amarelo-avermelhado, pedregoso, arenoso. Alguns trechos com variações de 100 m a 2 km, desliza-se em um tapete perigoso de areia fina, tipo de rio. Aproximando-se dos seus territórios, a geografia e paisagem são similares, as caatingueiras; médias e grandes pedras isoladas ou em blocos, serrotes e ladeiras, algumas íngremes e muitas pedras soltas.

Os quilombolas de Leitão/Umbuzeiro têm como principal atividade laboral a agricultura de subsistência com a produção de sementes de feijão, fava, milho e da mandioca. Essas atividades não são exclusivas dos homens; as mulheres também trabalham na lavoura, principalmente as arrimo de família. Alguns jovens, culturalmente, são iniciados à tradição campesina aos 10 anos para contribuir com a produção alimentar da família. Tais alimentos são cultivados para o consumo familiar, pois a comercialização “não vale a pena”, devido à baixa cotação em relação aos produtos industrializados.

Para complementar as necessidades (básicas) familiares, os quilombolas procuram investir nos benefícios da denominada pluriatividade e, contemporaneamente, em alguns segmentos das novas ruralidades. Nesse sentido, alguns afro-descendentes e famílias quilombolas enveredaram em atividades não agrícolas, sejam com a produção

de artefatos manuais, da cultura de abelhas e da criação de galináceas e do beneficiamento do fruto do caju.

Todas essas mudanças se iniciaram com a criação da Associação Rural de Umbuzeiro e Leitão (ARUL) fundada em 19 de agosto de 1995, com objetivo de reivindicar melhoria na infra-estrutura da localidade e, de forma mais ampla, sua inserção como cidadãos. Numa dessas ações, destaca-se a luta pelo reconhecimento dos afro-descendentes das comunidades.

Inicialmente produziam “vassouras, caçoas, balaios, caça balaio” (PROJETO DOM HELDER; GRUPO MULHER MARAVILHA, 2004)<sup>4</sup> com matérias-primas da palha do coco e do cipó retirado de um riacho existente na comunidade. Tal atividade não é mais devolvida por dois motivos, as escassas águas do córrego e a segunda, de acordo com depoimentos, pelo desinteresse dos jovens quilombolas ao ofício artesanal.

A segunda atividade se deu com a tentativa da apicultura, iniciativa de organismos governamental e não governamental, porém os quilombolas não se adaptaram nem houve empenho na criação das abelhas, apesar de existir no município a Associação dos Apicultores de Afogados da Ingazeira. Na mesma época também houve investimento na criação de galinhas caipiras, porém

Porque, assim, eram muito desiguais as galinhas. Eu sei que no começo do projeto a gente mesmo que não deu certo, aí depois, agente abateu as galinhas e vendeu. (Quilombola 5).

A terceira atividade não agrícola desenvolvida pelos remanescentes de quilombos de Leitão/Umbuzeiro se dá por meio do beneficiamento da castanha de caju, para o desenvolvimento sustentável local, seja para complemento de renda entre  $\frac{1}{2}$  e dois salários mínimos (PROJETO PARCEIROS DA TERRA, 2001), seja como inserção sociocultural da Comunidade.

A Fábrica de Beneficiamento da Castanha do Caju do Leitão/Umbuzeiro é uma associação de base familiar. Formam, seu corpo administrativo, no total, 14 famílias com 22 pessoas que se revezam de domingo a domingo, sendo que dessas, apenas seis

---

<sup>4</sup> A elaboração do documento, em PDF do Um olhar sobre as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Sertão do Pajeú, foi editado em 2004 e, reeditado em CD no ano de 2008, pelo Grupo Mulher Maravilha. Foram acrescentados novos textos e condensados outros. As informações aqui utilizadas não contam na sua última versão.

são quilombolas, cinco mulheres. O trabalho na Fábrica rende complemento significativo para todos eles.

A partir de nossas observações e dos dados coletados por meio de entrevistas, percebemos, também, consenso entre os quilombolas que trabalham no beneficiamento do fruto do caju, se conseguissem pelo menos um salário mínimo com tal cultura, não trabalhariam na lavoura. Assim, justificam

Porque a roça é o seguinte: a gente enfrenta, mas precisa muita coragem porque o serviço da roça é pesado. Não muito fácil não. Que só a questão do cabra tá no sol limpando mato não é fácil, mas quem é pobre tem que enfrentar. (Quilombola 11).

É assim, pra mim escolher mesmo eu quero ficar na Fábrica. Aí acho que na roça agente tem um problema: agente trabalha, trabalha, trabalha na roça e assim o produto que agente tira, sempre não é tão valorizado, que agente não lucra. Quando agente vai comprar o feijão, comprar o milho, alguma coisa, é estourado. Quando agente vai vender, barato. Bem barato! Aí, eu acho que nós aqui que vivemos da agricultura, moramos aqui no Sertão, agente tem que viver dos dois. É obrigatório viver dos dois. (Quilombola 3).

A cultura da castanha do caju desenvolvida pelos quilombolas vem proporcionando melhoria na qualidade de vida da comunidade de Leitão/Umbuzeiro, nos aspectos econômicos e sociais. Nesse sentido, buscaram criar oportunidades para outros quilombolas. Assim, a Fábrica teve financiamento do Projeto Dom Helder e do FIDA para ampliação de sua unidade, onde aumentará sua produção de 300 para 600 kg mensais da amêndoa, para ser comercializada em outros estados e, no futuro, exportá-la.

### **Considerações finais**

O Governo Federal tem proporcionado às populações de contextos populares algumas políticas afirmativas, especialmente aos descendentes dos quilombos sobreviventes à invisibilidade a eles proporcionadas pelo processo histórico. Entre eles, relacionamos as ações da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Política de Assistência Técnicas e Extensão Rural, a nova Ater, o Programa Brasil Quilombola.

Constatamos que os objetivos e diretrizes das ações dessas políticas, em muito, são equivalentes. A política governamental tem como princípios a democracia participativa, a descentralização dos seus organismos federais, além da participação das



esferas estadual e municipal e de defender a transversalidade das ações às populações de contextos populares.

Seja a partir da equidade das diretrizes de Ater ou do modelo de gestão democrática do Programa Brasil Quilombola, identificamos convergências em suas políticas na busca de parcerias através, não apenas dos organismos federais, estaduais e municipais, bem como com organizações não governamentais, da sociedade civil, no sentido de interlocução e criação de redes de apoio e desenvolvimento rural sustentável e da construção da cidadania. Nesse sentido, foram e continuam existindo ações interinstitucionais na Comunidade Negra Rural Quilombola do Leitão/Umbuzeiro.

A partir dos depoimentos evidencia-se que apesar de suas ligações com a agricultura, com a terra, não apenas os quilombolas, mas todos que trabalham na Fábrica, caso ganhassem um salário mínimo, prefeririam trabalhar com a castanha à roça. Na fábrica, o trabalho é realizado “na sombra”. Hoje, eles “tiram” não mais que R\$ 90,00 por mês. Porém, é uma renda com que podem comprar o que consideram extras, como calçados, roupas e outros consumos.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de gestão 2003-2006**, 2007. Disponível em:

<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio\\_gestao\\_2003\\_2006.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_2003_2006.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Política nacional de assistência técnica e extensão rural**, 2008. Disponível em:

<[www.mda.gov.br/saf/arquivos/087513433.pdf](http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/087513433.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2009.

\_\_\_\_\_, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria Especial para Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Programa Brasil quilombola**, 2004. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasilquilombola\\_2004.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2008.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implantação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Roberto; RAMOS, Ladjane (Orgs.). **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Recife: Bagaço, 2006. p. 9 a 33. Disponível em: <<http://agroecologia.pbwiki.com/f/Pnater-2Bprimeiros%2Bpassos%2B...%2BCaporal.pdf>>.

Acesso em: 12 mar. 2009.



CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade: novas identidades em construção.** Estudos Sociedade e Agricultura. O novo mundo rural, sustentabilidade, globalização. n. 11, outubro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998, 53-75.

CARNEIRO, Maria José; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Pluriatividade, novas ruralidades e identidades sociais. In CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (orgs.). **O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização.** 1. ed. v. 7. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004, 15-38.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Quilombola: os direitos negados de um povo.** 2008.

Disponível em:

<<http://www.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/especiais/quilombolas/>>.

JARA, Carlos Julio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável.** Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2001.

\_\_\_\_\_. **Será possível acelerar as transformações que levam à sustentabilidade?** Campos mórficos e dês-envolvimento territorial. San José: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000. Disponível em:

[http://www.iica.org.br/Docs/Noticias/Carlos\\_Jara.pdf](http://www.iica.org.br/Docs/Noticias/Carlos_Jara.pdf). Acesso em: 18 set. 2009.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento sustentável In: CATTANI, Antonio David (Org). **A outra economia.** Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. A (re)significação da extensão rural a partir da ótica de inclusão: a via cooperativa em debate In: LIMA, Jorge Roberto Tavares de (Org.). **Extensão rural e desenvolvimento sustentável.** 2. ed. Recife: Bagaço, 2005.

PROJETO DOM HELDER; GRUPO MULHER MARAVILHA. **Um olhar sobre as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Sertão do Pajeú,** 2004, pdf.

PROJETO PARCEITOS DA TERRA. **Diagnóstico rápido participativo das comunidades de Leitão e Umbuzeiro.** FETAPE/MDA/IICA, [200-].

QUILOMBOS HOJE. Recife: Centro de Cultura Luiz Freire e do Instituto Sumaúma, ano 1, n. 1, p. 7, mar. 2008. Disponível em: <[www.ombudspe.org.br/brasilquilombola](http://www.ombudspe.org.br/brasilquilombola)>. Acesso em: 22 mar. 2008.

RATTS, Alecsandro J. P. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). **Brasil afro-brasileiro.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

RODRIGUES, Alfredo Sotero Alves (org). **A incrível e fantástica história da mãe dos filhos da sobrevivência ou a peleja do sertanejo com a vida e a morte ou olhares sobre os sertões pernambucanos.** Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2002. Disponível em:

<[www.unicap.br/sertoos](http://www.unicap.br/sertoos)>. Acesso em: 26 set. 2009.

SILVA, Josefa Ângela da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro:** depoimento jan. 2009. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2009. Entrevista gravada em formato MP3.



SILVA, Rosimere Maria da. **Cotidiano e atividade laboral na Comunidade de Leitão/Umbuzeiro**: depoimento jan. 2010. Entrevistador: Alfredo Sotero Alves Rodrigues. Sítio Leitão, Afogados da Ingazeira, 2010. Entrevista gravada em formato MP3.